

Mais mobilização contra a vetusta intransigência do Cruesp e a “austeridade” do governo Alckmin

Resolução da Assembleia Geral da Adusp de 28/5/15

A reunião entre Fórum das Seis e Cruesp de 25/5/15 terminou com uma proposta dos reitores altamente insuficiente no que se refere à preservação do poder aquisitivo dos salários e das condições de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

Um relato dessa reunião, ainda que sucinto, é instrutivo.

Não faltaram ao Fórum das Seis argumentos e disposição de negociação. Inicialmente, conforme instruídos por Assembleias de base, abrimos mão dos 3% de reposição de perdas passadas e a nossa contraproposta de abertura foi o índice do ICV-Dieese: 8,35%. Registramos que estávamos debatendo perdas já transcorridas, pois tanto os 8,35% do ICV-Dieese, quanto os 7,21% do IPC-Fipe, correspondiam a estimativas da inflação acumulada entre maio/14 e abril/15.

Insistimos também que havia argumentos conceituais importantes para que o Fórum das Seis considerasse o ICV-Dieese e não o IPC-Fipe como parâmetro básico de perdas salariais.

Como a proposta de abertura foi terminantemente recusada pelos reitores, o Fórum das Seis pediu uma interrupção de 15 minutos; após a reconstituição da mesa e tendo esclarecido as ideias ali apresentadas seriam submetidas às Assembleias de base, o Fórum sugeriu que o Cruesp pagasse os 7,21% do IPC-Fipe na data-base (isto é, em maio/15) em uma única parcela. De novo, os reitores foram irredutíveis, dizendo que não havia recursos para isto.

Retrucamos dizendo que a diferença entre pagar os 7,21% em

maio/15 ou completá-lo só em outubro/15, ou seja, deixar de fora cinco meses (maio a setembro), certamente não aprofundaria as dificuldades das universidades, mas causaria sensível dano na recuperação, ainda que parcial, das perdas salariais. Afinal, entre maio e outubro de 2015, a inflação continuaria a correr...

Pífiô avanço. Diante da indisposição do Cruesp de levar em consideração os argumentos do Fórum das Seis, foi apresentada, em seguida, a ideia de aceitar um reajuste parcelado, porém em outras bases: “3/4” dos 7,21%, isto é, 5,36%, em maio/15 e os “1/4” restantes, 1,76%, em junho/15; deste modo, os 7,21% seriam incorporados aos salários de junho/15, no lugar de outubro/15.

É evidente que esta última ideia comporta muitas variantes, mas só para aqueles com real interesse em negociar. O Fórum das Seis propôs novo intervalo, para que os reitores refletissem sobre a ideia. Retomada a reunião, o pífiô avanço foi o reconhecimento de que há perda salarial na proposta do Cruesp e que portanto estariam dispostos a considerar a sua eventual compensação em setembro/15, dependendo da arrecadação do ICMS. Dependendo da arrecadação do ICMS?!

Há recursos para compensar, agora, nossas perdas no período maio/14 a abril/15. Além disso, há quantos anos temos insistido com os reitores sobre a necessidade de aumentar o investimento do Estado nas estaduais paulistas? Sobre a necessidade de en-

frentar o governo Alckmin, cujo último ensaio de ataque à autonomia das universidades foi a introdução da expressão “no máximo” no *caput* do artigo 4º da LDO-2016, depois retirada, dada a enérgica reação do corpo das universidades estaduais?

As elites brasileiras e seus representantes institucionais e políticos possuem e ostentam uma característica histórica marcante: *a recusa a qualquer tipo de interlocução com a sociedade que controlam*, tentando por todos os meios (incluindo a intimidação e a criminalização de opositores) impor sua vontade e interesses. Neste propósito, são frequentemente auxiliados por um Judiciário fortemente marcado por interesses de classe e da elite que controla o país e as instituições. E, como não poderia deixar de ser, esta marca política e histórica das elites está presente nas universidades, em particular na USP, Unesp e Unicamp.

Continuaremos a desenvolver métodos analíticos e técnicos, a cultivar a racionalidade e a construção de argumentos substantivos na defesa de uma universidade efetivamente pública, de condições dignas de vida e de trabalho acadêmico de qualidade. Entretanto, como ilustra não apenas o relato da reunião com o Cruesp de 25/5, mas também a história da USP, do Brasil (e de outros países mundo afora), argumentos, por mais claros, substantivos e racionais que sejam, estão longe de ser suficientes. As elites e os dirigentes que representam seus interesses só escutam, só negociam, se esses argumentos vierem acompanhados da energia política produzida pela mobilização de larga escala.

Tarefas e embates. Nossas tarefas e embates estão longe de terminar:

- Todas as emendas à LDO-2016, de aumento do investimento do Estado nas estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, foram elaboradas e propostas. Porém, só a nossa mobilização poderá fazer com que sobrevenha uma negociação efetiva com deputados e governo para que sejam aprovadas e promulgadas;

- Na USP, para reverter o desmonte do HU e do HRAC, para responder aos ataques da CERT, para obter recomposição do corpo de docentes e funcionários, para barrar as perversas modificações na carreira que estão em gestação, para conquistar um aumento significativo do investimento na permanência estudantil, bem como uma real transparência nas suas contas e a sua democratização estrutural, há que redobrar a atenção e o exercício da capacidade de embate e luta aos quais tantas vezes tivemos que recorrer;

- Na Unicamp e na Unesp, que sofrem por problemas análogos, o método político no qual devemos investir é o mesmo;

- E setembro de 2015 vem aí!
Conclamamos todos os colegas e todo o corpo da universidade, que no empenho cotidiano do trabalho acadêmico fazem da USP a universidade de respeito que se tornou, a estarem atentos e preparados para defendê-la de um ataque articulado, externa e internamente, destinado a destruir a autonomia do nosso trabalho e a sua capacidade criativa e crítica, únicas fontes das contribuições que a maioria da sociedade brasileira (mas não sua elite oligárquica) espera de universidades públicas.

“Situação das universidades públicas estaduais”

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALESP

23/6 (terça-feira) às 14 horas • Auditório Franco Montoro

NOSSO "SANTO OFÍCIO": II

CERT afronta o engajamento institucional

Você ingressou recentemente na universidade? Saiu-se bem, obteve boa acolhida nas disciplinas que ministrou? Tem conseguido dar conta das atividades administrativas? Sentiu-se feliz com os desafios da sua área de pesquisa? Atentou para a diversidade de perspectivas que se abrem nas atividades de extensão? Empenhou-se nas atribuições recebidas do Departamento e Unidade junto a comissões, laboratórios e projetos? Realizou-se com o reconhecimento do seu Departamento ao seu empenho e engajamento institucional?

Se a resposta a todas essas indagações é "sim" ou "em grande medida", podemos partir para a próxima pergunta: causou-lhe perplexidade e decepção a manifestação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) sobre seu relatório bianual no período de experimentação?!

Colega, se essa é a situação hostil que você está enfrentando, saiba que não se trata de um caso isolado; que situações desse tipo têm se multiplicado nos diferentes *campi* e unidades; que essa história não é nova; e que já houve episódios de acirramento desse embate, que tiveram como desfecho o recuo da CERT.

Talvez seja o momento de questionar a própria existência dessa comissão, cujo *modus operandi* tem total afinidade com as estruturas medievais de poder e nenhuma com a **gestão democrática da Universidade**, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Quem é a CERT? A CERT é uma comissão de treze membros, escolhidos e nomeados exclusivamente pelo reitor, sem prestar contas a qualquer instância. Ainda assim, se na USP vigorasse algum respeito por parte da Reitoria à Constituição Federal e ao ordenamento normativo administrativo existente, interno e externo à instituição, a CERT deveria ser apenas uma comissão opinativa, assessora do reitor. Se vigorasse algum respeito...

Como isso não ocorre, a CERT atua como **polícia política** do poder centralizado na Reitoria, a executar a missão de impor aos docentes, em especial aos recém admitidos, um determinado perfil de atuação, perfil esse antes em sin-

tonia com as premissas e políticas de pesquisa ditadas pelas agências de fomento, do que com qualquer visão acadêmica respaldada pelas instâncias colegiadas das diferentes unidades, no âmbito das pressupostas autonomia e democracia que deveriam caracterizar a instituição universitária.

In verbis: "À Comissão Especial de Regimes de trabalho [...] incumbe **analisar** as admissões docentes,

opinar sobre os regimes de trabalho, **orientar**" e "A Comissão a que se refere o *caput* deste artigo **opinará** após manifestação circunstanciada do Conselho de Departamento, ouvida a Congregação", conforme respectivamente o artigo 91 do Estatuto da USP e o seu parágrafo único. Assim, pela norma maior da USP a CERT não tem competência para fazer o que tem feito.

Contudo, em flagrante desrespeito ao Estatuto, lê-se no artigo 8º da Resolução 3.533/89, que regulamenta os regimes de trabalho docente: "Por proposta circunstanciada da Unidade, **aprovada pela CERT, ou por iniciativa desta**, o docente em RDIDP poderá ser desligado do regime quando o seu relatório de atividades for considerado insuficiente" (grifos nossos). É esta aberrante atribuição que enseja todo e qualquer desvio de finalidades previstas pelo Estatuto para a Comissão e tem lhe resultado em outorga de poder!

Contenção. Vale a pena fazer a nossa análise recuar no tempo. Nos anos 1990, nos períodos em que a presidência da CERT foi exercida pelos professores Rogério Meneghini (1992-1997), **M.A. Zago (1997-1998)** e Carlos Humes Júnior (1998-2001), os ataques aos docentes e os conflitos com unidades atingiram o clímax. Isso se deu na esteira da publicação da "lista dos improdutivos" elaborada pela gestão Goldemberg em 1988.

No final dos anos 1990, quando já se sabia que dezenas de docen-



ilustração de Maringoni, originalmente publicada na Revista Adusp 22 (2001)

tes haviam sido desligados do RDIDP por determinação da CERT (e que outros tantos haviam deixado silenciosamente os quadros da universidade diante da impotência e do desamparo que sentiam frente a tamanha prepotência institucional), pela primeira vez um grupo de colegas decidiu publicamente denunciar e enfrentar a arbitrariedade com que a comissão os desqualificava e buscava transferí-los do RDIDP para o Regime de Turno Parcial (RTP).

Não eram docentes recém ingressos, pelo contrário: tratava-se de quatro professores do Instituto de Geociências (IGc), todos contratados havia mais de 10 anos, todos já tendo cumprido o período de experimentação e gozando de reconhecido engajamento institucional nas atribuições desempenhadas no então Departamento de Mineralogia e Petrologia do IGc.

O que deu ensejo à "recomendação" para mudança de seus regimes de trabalho? Tais docentes haviam prestado concurso de ingresso na carreira em 1997 para os cargos de professor doutor, uma vez que haviam entrado nos quadros da USP nos anos 1980 ou mesmo antes, por intermédio de contratos precários, que na época correspondiam a cerca de 40% das contratações. Aprovados com destaque no concurso, não atentaram para a solicitação recebida após a nomeação: a de que, passados dois anos, encaminhassem à CERT um relatório de atividades. Entenderam a demanda como natural, atenderam-na sem quaisquer questionamentos. Mas em 1999,

ao terminarem de ler a manifestação da CERT quanto aos relatórios aprovados sem qualquer ressalva no âmbito da unidade, encontravam-se estarrecidos e perplexos — a mesma perplexidade citada no início deste texto.

Indignados, esses docentes do IGc não se conformaram com a agressão, nem aceitaram as mediações feitas pelo diretor do instituto há época, que à revelia deles, mas em seus nomes, havia negociado com a CERT suas permanências no RDIDP, com o compromisso de que passados mais dois anos apresentariam novos relatórios, dos quais precisaria constar, então, aquela que era e ainda é a *moeda de alforria* nestes casos: maior número de publicações!

O grupo rejeitou tal acordo, denunciou o absurdo, recorreu das decisões contando com a orientação jurídica da Adusp. Recebeu apoio público e explícito de colegas, do Conselho de Representantes da Adusp, do Conselho do Departamento, da Congregação do IGc e do corpo de estudantes e de funcionários do instituto (vide Dossiê IGc) e, diante da repercussão alcançada, a Reitoria e a CERT tiveram que retroceder.

O movimento conquistou ampla vitória: não apenas anulou-se a agressão recebida, mas abriu-se espaço para que, pela primeira vez, fosse possível negociar com a Reitoria — e ver aprovadas pelo Conselho Universitário — as resoluções 4.925/2002 e 4.928/2002,

continua na p. 3 ►

30 dias de suspensão, “punição” para Boueri?

O processo disciplinar da USP contra o ex-diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), José Jorge Boueri Filho, encerrou-se em maio, sem que a Reitoria tenha divulgado as conclusões da comissão processante. No entanto, em 3/6 o jornal *O Estado de S. Paulo*, em reportagem assinada por Paulo Saldanha, noticiou a punição proposta: “Ex-diretor da USP Leste é suspenso por 30 dias por descarte de terras poluídas” (<http://goo.gl/8RCu57>).

Boueri Filho está fortemente implicado no gravíssimo crime ambiental praticado em 2010 e 2011 na EACH: o depósito sem

qualquer trâmite oficial de 109 mil m³ (mais de seis mil caminhões) de terras contaminadas por todo o *campus* da USP Leste, confira aqui: <http://bit.ly/1Bby0PK>, aqui: <http://bit.ly/1Sbg2RE> e aqui: <http://bit.ly/1Fdi4rd>. A improbidade administrativa do então diretor da unidade está sendo apurada em inquérito civil do Ministério Público Estadual.

O *Informativo Adusp* pediu à assessoria de imprensa da Reitoria mais informações sobre o caso. “O processo ainda passará pela análise jurídica da Procuradoria Geral para sua conclusão. Não temos acesso e

nem podemos fazer a divulgação do processo”, respondeu a assessoria de imprensa. A Adusp também solicitou cópia do inteiro teor do processo à Reitoria, sem resposta até o fechamento desta edição.

“Caso se confirme a suspensão do ex-diretor por 30 dias, que seria uma punição totalmente desproporcional à gravidade do crime cometido, a USP ficará inteiramente desmoralizada. O depósito ilegal de terras na EACH, cuja responsabilidade do diretor, por ação ou omissão, está mais do que documentada, provocou expressivos prejuízos materiais e

acadêmicos, sem esquecer dos potenciais danos à saúde de quem trabalha e estuda naquela unidade”, comenta o professor Ciro Correia, presidente da Adusp.

“Por absurdo”, continua Ciro, “se no caso de estudantes que falaram alto na reunião do Co de 7/4 a Reitoria propõe suspensão, para funcionários em exercício de mandato sindical que ocupam uma sessão do Co a Reitoria propõe demissão, qual seria a punição para um diretor de unidade envolvido na contaminação de todo um *campus*? Tudo isso é um grande acinte!”, protesta.

Aritmética, Política e Universidade

A Adusp lançou em abril o caderno *Aritmética, Política e Universidade* como parte de seu esforço para desmistificar questões referentes ao financiamento e ao orçamento da USP.

Seu objetivo é, além de rememorar alguns dos eixos fundamentais da vitoriosa greve de 2014, “construir novos instrumentos de análise e elaboração crítica do contexto social, político e econômico no qual estamos inseridos”, de modo a reforçar a luta por uma “mudança radical e profunda” na USP e de “fazer avançar a efetiva democratização das relações sociais no seu interior e nas suas relações com a sociedade”.

Versão digital do *Aritmética...* está disponível em <http://bit.ly/119fLrj>.

Adusp constrói proposta de Plano Estadual de Educação

Desde a década de 1990, a Adusp, juntamente com outras entidades, tem tido participação ativa na elaboração dos planos nacional (PNE da Sociedade Brasileira) e estadual (PEE da Sociedade Paulista) de educação, este último em 2003. Mais recentemente, a Adusp participou do Fórum Estadual da Educação (FEE), órgão que teria a função de construir a proposta paulista de PEE para a próxima década. Entretanto, por discordar dos rumos, prazos, metas e práticas daquele Fórum, a Adusp, em 12/2/15, desligou-se deste (vide *Adusp-comunicado-desligamento-do-FEE*), optando por elaborar uma proposta de

forma independente.

Algumas entidades, embora permanecendo no FEE, apoiam nossa proposta e vêm se reunindo com o GT-Educação da Adusp. No estágio atual, essa proposição já é formada por um projeto de lei e uma atualização da proposta do nosso PEE apresentado em 2003 (PL 1.074/2003, ainda em tramitação na Assembleia Legislativa), praticamente finalizados, e por um conjunto de metas e estratégias.

Como o prazo legal para elaboração do PEE esgota-se neste final de junho, o projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa, assim que for finalizado.

Rebelião no FEE.

Recentemente, diversas entidades participantes do FEE elaboraram uma nota de repúdio e em defesa de uma efetiva participação popular na elaboração do plano estadual de educação, contrapondo-se à “concepção restrita de participação do governo estadual para a elaboração do Plano de Educação do Estado de São Paulo, desrespeitando inclusive as proposições do FEE” (vide <http://bit.ly/1e9rLSz>).

Essa nota denuncia, também, o desrespeito às atribuições legais do próprio Fórum. Lançada em 9/6, recebeu a assinatura de sete entidades.

continuação da página 2

que restringiram a desenvoltura com a qual a CERT atuava.

Derrotada a comissão naquele momento, sobrevieram tempos menos turbulentos; houve notícias de problemas, mas estes se deram por conta de arbitrariedades cometidas no âmbito de Departamentos e Unidades, também preocupantes e que precisam ser enfrentadas.

Sem pudores. Se houve momentos de interlocução com a Reitoria, como os registrados na gestão Melfi (2001-2005), a exemplo da contenção da CERT descrita anteriormente, o que vem prevalecendo na USP são sucessivos mandatos reitoriais cada vez mais

distantes de qualquer concepção minimamente republicana e transparente de universidade. Tal quadro também parece ter alcançado o ápice nas gestões de J.G. Rodas e M.A. Zago-V. Agopyan.

Assim, não é de se estranhar que novamente o mecanismo para circunscrever a atividade docente aos desígnios da Reitoria, mesmo que à revelia de qualquer procedimento democrático ou sequer a chancela das instâncias decisórias colegiadas, seja novamente reativar a CERT policialesca, sem pudores para se colocar a serviço da intimidação por meio de ameaças da “demissão branca” que de fato representa a mudança de regime de trabalho, com objetivo de en-

quadrar a todos no modelo “produtivo” do agrado da atual gestão.

Como vimos, M.A. Zago exerceu a presidência da CERT no final dos anos 1990, momento de intensa atividade persecutória da comissão. Mais recentemente, de 2007 a 2010, ele presidiu também o CNPq, uma das agências de fomento que, como outras, tem tido sucesso em fazer vigorar até mesmo na USP seus critérios de “excelência” baseados na tolice da contagem de publicações.

Se quisermos efetivamente reverter esse cenário policialesco, será necessário articular a todos que hoje estão novamente sendo atacados pela CERT para que publicamente denunciem a agressão

(e o assédio moral que visa docilizar e neutralizar as vítimas), permitindo assim que aflore a real dimensão da desagregação institucional que tal situação produz.

Se houver disposição para tanto e mobilização, haverá força política para reverter esse quadro, extinguir essa comissão e construir a perspectiva de tratar do exercício responsável do trabalho acadêmico respeitando-se os projetos das unidades, bem como o engajamento institucional dos docentes, ao invés de reduzir tudo ao cumprimento de metas quantitativas de produção.

Essa luta é fundamental para a instituição e para a devida recuperação e valorização da autoestima profissional. Some-se a ela!

Relatório do Cremesp ao Ministério Público responsabiliza Zago por grave crise do HU

Fiscalização relata desativação de 45 leitos e encontra 23 pacientes atendidos em maca

Em relatório referente a vistoria realizada em 9/4/15, elaborado a pedido do promotor de justiça Arthur de Souza Pinto, do Ministério Público Estadual, o Conselho Regional de Medicina (Cremesp) responsabiliza o reitor da USP pela situação crítica em que se encontra o Hospital Universitário (HU). “Pelo menos 45 leitos foram desativados” em decorrência das medidas restritivas implantadas pela Reitoria, informa o relatório. A fiscalização do Cremesp depa-rou-se com 23 pacientes atendidos em maca, o que demonstra precarização do atendimento.

O Cremesp destaca, de início, a excelente infraestrutura do HU, que possui “grande número de profissionais titulados”, bem como boa estrutura de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico: “O laboratório de análises clínicas e o serviço de radiologia são próprios e realizam vasta gama de exames diagnósticos. Possuem novos equipamentos de ultrassom, ecocardiografia e para a realização de tomografia computadorizada. Possui serviço de endoscopia”.

O relatório assinala, porém, que o número de leitos tem diminuído, “sendo muitos deles desativados a partir de outubro de 2014, após medidas de contenção de despesas adotadas pelo novo reitor da Universidade de São Paulo, professor doutor Marco Antonio Zago, que é médico CRM 16.133”.

Cita em seguida o extenso depoimento da médica Lúcia Mendes de Oliveira Pinto, coordenadora do Pronto-Socorro do HU, para quem a superintendente anterior do hospital “solicitou sua demissão por não concordar com as medidas tomadas pelo reitor, por considerar tais medidas um grande risco para o bom funcionamento do hospital”.

Desorganização. No entender da coordenadora, as mudanças impostas pela Reitoria “ocasionaram grande desorganização, colocando em risco a qualidade do atendimento realizado” pelo HU (destacado no original). A médica diz que desde o final de outubro de 2014 o hospital vem encontrando dificuldades para manter os postos de trabalho de

sua equipe médica, em razão do novo teto salarial fixado pela Reitoria, inferior ao teto salarial anteriormente adotado pela Superintendência do HU.

“Nesse momento, houve uma orientação da Reitoria para redução da remuneração de horas extras trabalhadas pagas como horas extras, a fim de que não fosse ultrapassado o novo teto”, continuou a médica no depoimento ao Cremesp. “A adoção dessa medida não levou em conta um prazo necessário para a sua implementação e nem valorizou o fato de que grande parte da jornada de trabalho do médico acontecia em horários não comerciais”, no qual, dentro do regime trabalhista até então adotado na instituição, “requeria-se remuneração na forma de horas-extras”.

Para evitar o colapso do atendimento, os médicos aceitaram trabalhar além da jornada normal sem receber remuneração, até que as escalas fossem remanejadas. Segundo o relatório, a contratação dos médicos do HU era realizada por 24 horas normais e mais 12 horas extras. “O corte dessas horas de forma repentina foi capaz de desorganizar toda a atenção médica realizada. É como se houvesse sido demitido de uma hora para outra um grande número de médicos”.

Ainda segundo o relatório, o HU já funcionava no limite de sua capacidade de atendimento à população da região Oeste, “conforme pudemos observar pela grande quantidade de pacientes na observação do Pronto Socorro

Adulto [PSA]” e conforme afirmação dos seus diretores. A situação se agravou com a implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), “cujos critérios certamente não incluíram as necessidades de funcionamento do hospital”, uma vez que houve “200 demissões voluntárias realizadas de forma indistinta com a saída de mais 18 médicos e número significativo de pessoal de enfermagem, culminando com o fechamento de leitos até da unidade de terapia intensiva”.

“No dia da vistoria constatamos a presença de 23 pacientes em macas, com pelo menos metade deles há mais de 24 horas e um deles com indicação de internação em terapia intensiva”, registra o Cremesp. E continua: “Assim, permanecem em local inapropriado para os cuidados necessários de enfermagem e prevenção de infecção hospitalar [...] em média entre 25 e 30 pacientes permanecem nas macas aguardando vaga para internação”.

Risco e sofrimento. Os profissionais médicos ouvidos (clínicos, cirurgiões, pediatras, obstetras, ortopedistas) foram unânimes em afirmar a impossibilidade de se manter o antigo padrão de qualidade, com situações de risco e sofrimento, por exemplo: “dificuldade de se conseguir analgesia intraparto”, “casos de infecção da vesícula que não são operados dentro do prazo, agregando maior risco aos pacientes”, como relatou a coordenadora do Pronto Socorro.

O relatório reproduz um dramático relato de um neurologista do HU, ao chefe do plantão de 13/4:

“Plantão muito tumultuado! PSA com 20 macas, PSI com 18 macas. Sou

informado pela pediatra de plantão que temos dificuldade no uso de oxigênio, devido ao número de crianças com doenças respiratórias. Como se já não bastassem nossos problemas, fico sabendo que vários equipamentos da região estão sem pediatra. Fui contactado pela dra. Mariana Sato, do PZO, que confirmou esta informação. Recebi várias solicitações de AMAs para pediatria. Recusei a vinda de uma criança do PS Band que já estava em tratamento. Estamos com as UTIs todas lotadas. Foi necessário suspender cirurgia por falta de vaga na UTI A. Autorizei a contragosto a vinda de paciente feminina vítima de múltiplos ferimentos por arma branca, do PS Band”.

O Cremesp concluiu que não houve planejamento das mudanças adotadas pela Reitoria no HU, “as quais foram realizadas de forma precipitada, sem levar em conta o grande volume de atendimento”. Também as saídas de pessoal causadas pelo PIDV não contaram com o planejamento adequado, nem houve reposição. O resultado é que leis, portarias e normas de regulação profissional estão sendo flagrantemente desrespeitadas.

Não há plantonistas para atendimento das intercorrências dos pacientes internados, ao contrário do que dispõe a Portaria CVS-9 de 16/7/98; as UTIs de adultos não seguem a RDC 7 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 24/2/2010, quanto à proporção de profissionais médicos por leito; não há médicos diaristas nas unidades de Pronto Socorro adulto e infantil para seguimento horizontal dos leitos de observação, nem médicos exclusivos para a sala de reanimação, ao contrário do que dispõe a resolução 2.077/2014 do Conselho Federal de Medicina; etc.

Diretoria e CR da Adusp tomam posse em 26/6

Nos dias 26, 27 e 28/5, a Adusp realizou eleições para a nova gestão da diretoria e de membros do Conselho de Representantes (CR). Dos 620 votos contabilizados, a chapa única “Participação” recebeu 600 votos (97%), o que equivale a 20% do total de 2.883 docentes filiados.

As unidades em que houve maior votação na chapa “Participação” foram a FFLCH (97 votos), EE (40), IME (39), FE (37) e ESALQ (30). Os números da eleição em todas as unidades estão disponí-

veis em <http://bit.ly/1e92gAH>.

A chapa “Participação”, que tem como diretriz a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, toma posse no dia 26/6 e seu mandato se estende a junho de 2017. A nova gestão tem a seguinte composição: presidente: César Augusto Minto (FE); 1ª vice-presidente: Kimi Tomizaki (FE); 2ª Vice-Presidente: Elisabetta Santoro (FFLCH); 1ª Secretária: Rosângela Sarteschi (FFLCH); 2ª Secretária: He-loisa Daruiz Borsari (IME); 1ª Tesou-

reira: Adriana Tufaille (EACH); 2ª Tesoureiro: Ivã Gurgel (IF); Diretor de Bauru: César Antunes de Freitas (FOB); Diretor de Piracicaba: José Nivaldo Garcia (ESALQ); Diretor de Pirassununga: Sérgio Souto (FZEA); Diretora de Ribeirão Preto: Annie Hsiou (FFCLRP); Diretor de São Carlos: Ozírde Manzoli Neto (ICMC).

Foram eleitos 27 candidatos ao CR: 16 titulares e 11 suplentes. Os nomes dos eleitos e suas respectivas unidades podem ser conferidos no site da Adusp.